

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	31
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	716.533.334
Preferenciais	1.433.066.666
Total	2.149.600.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	636.157	662.200
1.01	Ativo Circulante	68.326	105.078
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.395	68.969
1.01.03	Contas a Receber	30.402	32.612
1.01.03.01	Clientes	30.402	32.612
1.01.03.01.01	Contas a Receber	3.108	3.615
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	27.294	28.997
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.748	3.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.748	3.015
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.442	293
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	339	189
1.01.08.03	Outros	339	189
1.02	Ativo Não Circulante	567.831	557.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.984	3.447
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.107	1.689
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	877	1.758
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	430	1.288
1.02.01.09.04	Outros créditos	447	470
1.02.03	Imobilizado	26.284	27.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.000	22.114
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.284	4.957
1.02.04	Intangível	533.563	526.604
1.02.04.01	Intangíveis	533.563	526.604
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	533.563	526.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	636.157	662.200
2.01	Passivo Circulante	205.364	228.928
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.494	7.692
2.01.01.01	Obrigações Sociais	841	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.653	6.704
2.01.02	Fornecedores	9.929	13.243
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.917	13.197
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	12	46
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.556	67.117
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.556	67.117
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher	22.556	67.117
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	128.780	123.186
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59	58
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59	58
2.01.04.02	Debêntures	128.721	123.128
2.01.05	Outras Obrigações	16.460	16.844
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.809	10.026
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	8.809	10.026
2.01.05.02	Outros	7.651	6.818
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	4.974	3.950
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.677	2.868
2.01.06	Provisões	19.145	846
2.01.06.02	Outras Provisões	19.145	846
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	19.145	846
2.02	Passivo Não Circulante	221.502	221.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	135.544	130.688
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	73	88
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	73	88
2.02.01.02	Debêntures	135.471	130.600
2.02.04	Provisões	85.958	91.212
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	426	222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	196	139
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	230	83
2.02.04.02	Outras Provisões	85.532	90.990
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	85.532	90.990
2.03	Patrimônio Líquido	209.291	211.372
2.03.01	Capital Social Realizado	136.464	136.464
2.03.04	Reservas de Lucros	28.638	74.908
2.03.04.01	Reserva Legal	23.153	23.153
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.485	5.485
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	46.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	44.189	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	171.863	165.494
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.053	-63.468
3.02.01	Custo de Construção	-20.245	-12.476
3.02.02	Provisão de Manutenção	-28.346	-15.875
3.02.03	Depreciação e Amortização	-15.718	-13.316
3.02.04	Custos com o Poder Concedente	-3.611	-3.318
3.02.05	Serviços	-7.622	-8.419
3.02.06	Custo com o Pessoal	-6.729	-6.875
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-2.376	-2.079
3.02.08	Outros	-1.406	-1.110
3.03	Resultado Bruto	85.810	102.026
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.769	-9.131
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.645	-9.083
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-2.569	-3.212
3.04.02.02	Serviços	-3.667	-3.237
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-157	-141
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-403	-465
3.04.02.05	Outros	-2.849	-2.028
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-128	-48
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	76.041	92.895
3.06	Resultado Financeiro	-8.813	-6.004
3.06.01	Receitas Financeiras	1.863	2.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.676	-8.358
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.228	86.891
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.039	-29.487
3.08.01	Corrente	-28.457	-34.249
3.08.02	Diferido	5.418	4.762
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	44.189	57.404
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	44.189	57.404
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02056	0,02670
3.99.01.02	PN	0,02056	0,02670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	44.189	57.404
4.03	Resultado Abrangente do Período	44.189	57.404

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.509	55.415
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	94.349	91.143
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	44.189	57.404
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.418	-4.762
6.01.01.04	Depreciação e amortização	16.121	13.781
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	128	15
6.01.01.09	Juros e var. monetária s/ debêntures, empréstimos, financiamentos	10.467	6.328
6.01.01.10	Capitalização de custo de empréstimos	-1.286	-550
6.01.01.12	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	28.346	15.875
6.01.01.13	Ajuste a valor presente provisão de manutenção	1.454	2.495
6.01.01.14	Constituição (rev) e juros s/ riscos cíveis	348	555
6.01.01.15	Constituição da provisão p/ devedores duvidosos	0	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.840	-35.728
6.01.02.01	Contas a receber	507	703
6.01.02.02	Partes relacionadas - ativo	1.703	1.773
6.01.02.03	Tributos a recuperar	1.267	-510
6.01.02.06	Despesas antecipadas e outras	-1.418	547
6.01.02.08	Fornecedores	-3.314	-2.260
6.01.02.09	Fornecedores - Partes relacionadas	-2.556	402
6.01.02.10	Imp. contrib. a recolher / parc. e prov. p/ IR e CS	26.979	34.202
6.01.02.11	Pagamentos com IR e CS	-71.540	-60.795
6.01.02.12	Realização provisão de manutenção	-16.959	-10.313
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	1.024	484
6.01.02.14	Obrigações sociais e trabalhistas	802	970
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-191	-299
6.01.02.16	Liquidação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário.	-144	-632
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.796	-13.507
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-904	-1.031
6.02.03	Adições do ativo intangível	-18.892	-12.476
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.287	-25.379
6.03.05	Emprést. financ. debênt. arrend. merc. (Pag. Principal)	-14	-188
6.03.06	Emprést. financ. debênt. arrend. merc. (Pag. Juros)	-3	-9
6.03.07	Dividendos pagos e juros s/ capital próprio pago	-46.270	-25.182
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.574	16.529
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.969	85.666
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.395	102.195

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.189	0	44.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.189	0	44.189
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.06.05	Dividendos	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.07	Saldos Finais	136.464	0	28.638	44.189	0	209.291

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.404	0	57.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.404	0	57.404
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-25.182	0	0	-25.182
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-25.182	0	0	-25.182
5.07	Saldos Finais	129.970	0	49.223	57.404	0	236.597

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	187.658	180.729
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	183.358	177.430
7.01.02	Outras Receitas	4.300	3.299
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.149	-48.617
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.765	-14.734
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.793	-5.532
7.02.04	Outros	-48.591	-28.351
7.02.04.01	Custo de construção	-20.245	-12.476
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-28.346	-15.875
7.03	Valor Adicionado Bruto	117.509	132.112
7.04	Retenções	-16.121	-13.781
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.121	-13.781
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	101.388	118.331
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.863	2.354
7.06.02	Receitas Financeiras	1.863	2.354
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	103.251	120.685
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	103.251	120.685
7.08.01	Pessoal	8.074	8.815
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.695	6.326
7.08.01.02	Benefícios	2.021	2.133
7.08.01.03	F.G.T.S.	333	339
7.08.01.04	Outros	25	17
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.783	45.404
7.08.02.01	Federais	30.355	36.928
7.08.02.02	Estaduais	126	89
7.08.02.03	Municipais	8.302	8.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.205	9.062
7.08.03.01	Juros	11.938	8.858
7.08.03.02	Aluguéis	267	204
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.189	57.404
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	44.189	57.404

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL.

Janeiro a Março /2015

As informações financeiras abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T14.

1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unidades	1ºT15	1ºT14	Var%
Veículos equivalentes (Veq1)	21.606.064	22.927.358	-5,8%
Veículos leves (Equivalentes)	5.388.263	5.304.365	1,6%
Veículos pesados (Equivalentes)	16.217.801	17.622.993	-8,0%

(Veq1) – Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Avaliação – Variação de Tráfego (real 2015/2014)

O tráfego de veículos equivalentes apresentou um recuo de -5,8% no 1T15 sobre o mesmo período de 2014. Este resultado é consequência da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no mês de fevereiro e impactou significativamente o tráfego de pesados. A categoria de leves ficou com resultado positivo, reflexo do seu crescimento vegetativo.

2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2014, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na referida cláusula.

3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional(R\$ mil)	1ºT15	1ºT14	Var%
Receita de pedágio	163.113	164.954	-1,1%
Receita acessórias	3.014	2.749	9,6%
Receita bruta operacional total	166.127	167.703	-0,9%

Receita de construção

Receita bruta de construção(R\$ mil)	1ºT15	1ºT14	Var%
Total	20.245	12.476	62,3%

Comentário do Desempenho

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 1T15 apresentou um aumento da receita de construção devido às obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana, e PR151, região de Jaguariaíva, conforme cronograma de investimentos aprovados pelo Poder Concedente.

4. Receita líquida operacional

Receita operacional líquida(R\$ mil)	1ºT15	1ºT14	Var%
Receita de pedágio	163.113	164.954	-1,1%
Receita acessórias	3.014	2.749	9,6%
Tributos (PIS, Cofins, ISS)	(14.345)	(14.485)	-1,0%
Devoluções e abatimentos	(164)	(200)	-18,0%
Receita operacional líquida total	151.618	153.018	-0,9%

A Receita líquida operacional do 1T15 ficou -0,9% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pela receita de pedágio, reflexo da greve dos caminhoneiros no mês de fevereiro.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, recuaram em -1,0% no 1T15, em relação ao 1T14, totalizando o valor de R\$ 14.345.

5. Custos e despesas totais

Custos e despesas (R\$ mil)	1ºT15	1ºT14	Var%
Custos	86.053	63.468	35,6%
Despesas	9.769	9.131	7,0%
Custos e despesas totais	95.822	72.599	32,0%

Os custos e despesas no 1T15 foram 32,0% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação ocorrida deve-se principalmente ao incremento do custo de construção decorrente das obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana, e PR151, região de Jaguariaíva, e ainda as obras de manutenção realizadas, cumprindo o cronograma de investimentos aprovado pelo Poder Concedente.

6. Resultado financeiro líquido

	1ºT15	1ºT14	Var%
Receitas financeiras	1.863	2.354	-20,9%
Despesas financeiras	(10.676)	(8.358)	27,7%
Resultado financeiro líquido	(8.813)	(6.004)	-46,8%

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro líquido no 1T15 foi de -46,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete o acréscimo do saldo de empréstimos de curto e longo prazo, aproximadamente R\$ 20.000.

7. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo rigorosamente cronograma de Investimentos do Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa, Apucarana e PR151, região de Jaguariáiva.

8. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário

Total de acidentes (unidades)	1ºT15	1ºT14	Var%
Índice de acidentes (Ia) *	1,244	1,550	-19,74%
Índice de feridos (If) **	64,977	68,640	-5,34%

*Ia=(Número de Acidentes x 10⁶)/(Extensão x VDM x Período)

**If=(Número de Vitimas Feridas x 10⁸)/(Extensão x VDM x Período)

Nota

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RodoNorte Concessionária Rodovias Integradas S.A. aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 31 de março 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 03 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º. 05 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto as citadas abaixo:

i. Processo de encampação

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei n.º. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

O processo encontra-se em fase de instrução.

ii. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2014 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 estão pendentes de

Notas Explicativas

Julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

As ações encontram-se no CEJUSCON - Centro Judiciário de Soluções e Conflitos e Cidadania da Justiça Federal visando celebração de acordo em todos os casos.

iii. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, o processo encontra-se em fase de instrução.

2. Apresentação das ITR

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 13 de maio de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 137.038, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixas e bancos	1.635	2.230
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>31.760</u>	<u>66.739</u>
	<u>33.395</u>	<u>68.969</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,74% do CDI, equivalente a 12,07% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	914	2.261
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>2.199</u>	<u>1.359</u>
	<u>3.113</u>	<u>3.620</u>
Provisão para devedores duvidosos (c)	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>3.108</u>	<u>3.615</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para devedores duvidosos (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	3.035	3.334
Créditos vencidos até 60 dias	73	278
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5	5
Créditos vencidos há mais de 90 dias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u><u>5.231</u></u>	<u><u>5.738</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	67.228	86.891
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(22.858)	(29.543)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(17)	(13)
Despesas indedutíveis	(325)	(10)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(36)	(52)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	238	131
Outros	<u>(41)</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(23.039)</u></u>	<u><u>(29.487)</u></u>
Impostos correntes	(28.457)	(34.249)
Impostos diferidos	<u>5.418</u>	<u>4.762</u>
	<u><u>(23.039)</u></u>	<u><u>(29.487)</u></u>
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>34%</u></u>	<u><u>34%</u></u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	101.073	99.156
Provisão para devedores duvidosos	722	722
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.091	901
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	145	75
Outras	1.081	946
	<u>104.112</u>	<u>101.800</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(96.279)	(99.385)
Outros	(726)	(726)
	<u>(97.005)</u>	<u>(100.111)</u>
Ativo diferido líquido	<u>7.107</u>	<u>1.689</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas.

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>Serviços Prestados</u>	<u>Intangível</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
			<u>Conta a receber</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
Controladora				
CCR (a)	1.310	-	-	410
Coligadas				
CPC (b)	1.980	-	-	619
STP / CGMP / SGMP (c)	-	-	27.289	-
AutoBan	-	-	1	2
Nova Dutra	-	-	-	2
MS Vias	-	-	3	-
Barcas	-	-	1	-
Andrade Gutierrez Concessões (f)	-	-	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (f)	-	-	-	1.142
Cesbe (f)	-	-	-	97
J.Malucelli (d)	-	19.471	-	5.246
Total, 31 de março de 2015	<u>3.290</u>	<u>19.471</u>	<u>27.294</u>	<u>8.809</u>
Total, 31 de março de 2014	<u>2.842</u>	<u>13.100</u>		
Total, 31 de dezembro de 2014			<u>28.997</u>	<u>10.026</u>

Notas Explicativas**Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração:**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração dos administradores (e)	864	713

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	369	415
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	142	152
Previdência privada	20	27
Seguro de vida	1	1
	<u>532</u>	<u>595</u>

Na AGO. realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.400, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

A seguir, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a concessionária no período subsequente;
- d) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- e) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016;
- f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;

Notas Explicativas**10. Ativo imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	2.847	(1.522)	1.325	2.847	(1.467)	1.380
Máquinas e equipamentos	15	7.525	(4.938)	2.587	7.528	(4.791)	2.737
Veículos	20	13.739	(7.778)	5.961	13.492	(7.267)	6.225
Instalações e Edificações	6	1.063	(936)	127	1.026	(933)	93
Equipamentos operacionais	13	28.193	(17.193)	11.000	28.091	(16.412)	11.679
Imobilizações em andamento	-	5.284	-	5.284	4.957	-	4.957
		<u>58.651</u>	<u>(32.367)</u>	<u>26.284</u>	<u>57.941</u>	<u>(30.870)</u>	<u>27.071</u>

Movimentação do custo

	31/12/2014		31/03/2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.847	-	(13)	13	-	2.847
Máquinas e equipamentos	7.528	-	(31)	28	-	7.525
Veículos	13.492	-	(181)	615	(187)	13.739
Instalações e Edificações	1.026	-	-	37	-	1.063
Equipamentos operacionais	28.091	-	(9)	111	-	28.193
Imobilizações em andamento	4.957	1.163	-	(836)	-	5.284
	<u>57.941</u>	<u>1.163</u>	<u>(234)</u>	<u>(32)</u>	<u>(187)</u>	<u>58.651</u>
	31/12/2013			31/03/2014		
Movimento em 2014	<u>52.252</u>	<u>1.055</u>	<u>(202)</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>	<u>52.749</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 72 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 24 no trimestre findo em 31 de março de 2014).

Notas Explicativas**Movimentação da depreciação**

	31/12/2014		31/03/2015	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Móveis e utensílios	(1.467)	(68)	13	(1.522)
Máquinas e equipamentos	(4.791)	(176)	29	(4.938)
Veículos	(7.267)	(576)	65	(7.778)
Instalações e Edificações	(933)	(3)	-	(936)
Equipamentos operacionais	(16.412)	(784)	3	(17.193)
	<u>(30.870)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>110</u>	<u>(32.367)</u>
	31/12/2013	31/03/2014		
Movimento em 2014	<u>(25.537)</u>	<u>(1.345)</u>	<u>187</u>	<u>(26.695)</u>

11. Ativo intangível

		31/03/2015			31/12/2014		
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	901.826	(370.079)	531.747	880.386	(355.786)	524.600
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	6.907	(5.140)	1.767	6.876	(4.939)	1.937
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.086	(1.037)	49	1.086	(1.019)	67
		<u>909.819</u>	<u>(376.256)</u>	<u>533.563</u>	<u>888.348</u>	<u>(361.744)</u>	<u>526.604</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	880.386	21.445	(6)	1	901.826
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.876	-	-	31	6.907
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>888.348</u>	<u>21.445</u>	<u>(6)</u>	<u>32</u>	<u>909.819</u>
	31/12/2013	31/03/2014			
Movimento em 2014	<u>790.741</u>	<u>13.002</u>	<u>-</u>	<u>356</u>	<u>804.099</u>

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	31/12/2014		31/03/2015	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(355.786)	(14.295)	2	(370.079)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.939)	(201)	-	(5.140)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.019)	(18)	-	(1.037)
	<u>(361.744)</u>	<u>(14.514)</u>	<u>2</u>	<u>(376.256)</u>
	31/12/2013	31/03/2014		
Movimento em 2014	<u>(310.118)</u>	<u>(12.436)</u>	<u>-</u>	<u>(322.554)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.214 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 526 no trimestre findo em 31 de março de 2014). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,50% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,554% a.m. no 1º trimestre de 2014.

12. Fornecedores

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	4.956	8.253
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	12	46
Cauções e retenções contratuais (b)	4.961	4.944
	<u>9.929</u>	<u>13.243</u>

a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	31/03/2015	31/12/2014
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	132	146 (a)
Total geral			<u>132</u>	<u>146</u>
			31/03/2015	31/12/2014
Circulante				
Total financiamentos			<u>59</u>	<u>58</u>
Não circulante				
Total financiamentos			<u>73</u>	<u>88</u>

Notas Explicativas

Garantias:

- (a) Fiança / aval do acionista controlador

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2015</u>
2016	44
2017	<u>29</u>
	<u><u>73</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2015	Vencimento final	31/03/2015	31/12/2014
3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,135% (c)	243	81	Novembro de 2015	125.482	121.809 (a)
4a Emissão - Série única	IPCA +5,6910% a.	0,194% (d)	1.254	1.150	Outubro de 2019	138.710	131.919 (b)
Total geral				<u>1.231</u>		<u>264.192</u>	<u>253.728</u>
						<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						129.052	123.490
Custos de transação						(331)	(362)
						<u>128.721</u>	<u>123.128</u>
Não Circulante							
Debêntures						136.371	131.562
Custos de transação						(900)	(962)
						<u>135.471</u>	<u>130.600</u>

- a) Não existem garantias.
- b) Fidejussória do acionista controlador.
- c) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- d) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2015</u>
2019	<u>136.371</u>

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

15. Obrigações fiscais

Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	16.838	61.503
ISS	3.124	3.104
COFINS	1.780	1.718
IRRF	63	60
PIS, COFINS e CSLL retidos	205	121
PIS	388	372
ICMS	8	-
INSS Retido	150	239
	<u>22.556</u>	<u>67.117</u>

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	83	195	(5)	(53)	10	230
Trabalhistas e previdenciários	139	53	-	-	4	196
	<u>222</u>	<u>248</u>	<u>(5)</u>	<u>(53)</u>	<u>14</u>	<u>426</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>				
Movimento em 2013	<u>699</u>	<u>89</u>	<u>-</u>	<u>(214)</u>	<u>48</u>	<u>622</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 81 e R\$ 10, respectivamente.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativos	94.221	89.123
Trabalhistas e previdenciários	104	389
	<u>94.325</u>	<u>89.512</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R\$ 514 para os processos em andamento.

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	846	15.917	166	(16.959)	19.175	19.145
Não circulante	90.990	12.429	1.288	-	(19.175)	85.532
	<u>91.836</u>	<u>28.346</u>	<u>1.454</u>	<u>(16.959)</u>	<u>-</u>	<u>104.677</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>31/03/2014</u>			
Circulante	22.681	9.838	776	(10.313)	63	23.045
Não circulante	58.597	6.037	1.719	-	(63)	66.290
	<u>81.278</u>	<u>15.875</u>	<u>2.495</u>	<u>(10.313)</u>	<u>-</u>	<u>89.335</u>

No 1º trimestre de 2015, foram realizadas manutenções solicitadas pelo Poder Concedente.

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido**a. Dividendos**

Em 30 de março de 2015, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 46.270 correspondentes a R\$ 0,02153 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 31 de março de 2015.

b. Lucro por ação básico e diluído

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	44.189	57.404
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	1.433.066.666	1.433.066.666
Média ponderada total de ações - básico e diluído	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	0,02056	0,02670

Notas Explicativas

19. Receitas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas de pedágio	163.113	164.954
Receitas de construção (ICPC 01)	20.245	12.476
Receitas acessórias	3.014	2.749
Receita bruta	<u>186.372</u>	<u>180.179</u>
Impostos sobre receitas	(14.345)	(14.485)
Devoluções e abatimentos	(164)	(200)
Deduções das receitas brutas	<u>(14.509)</u>	<u>(14.685)</u>
Receita líquida	<u>171.863</u>	<u>165.494</u>

20. Resultado financeiro

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento, debêntures e arrendamentos	(5.658)	(6.328)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(4.809)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.454)	(2.495)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.286	550
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(41)	(85)
	<u>(10.676)</u>	<u>(8.358)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.789	2.333
Juros e outras receitas financeiras	74	21
	<u>1.863</u>	<u>2.354</u>
Resultado financeiro	<u>(8.813)</u>	<u>(6.004)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR da Companhia conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo
Ativos						
Aplicações financeiras	31.760	-	-	66.739	-	-
Contas a receber	-	3.108	-	-	3.615	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	27.294	-	-	28.997	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(132)	-	-	(146)
Debêntures (a)	-	-	(264.192)	-	-	(253.728)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(17.580)	-	-	(20.061)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(8.809)	-	-	(10.026)
	<u>31.760</u>	<u>30.402</u>	<u>(290.713)</u>	<u>66.739</u>	<u>32.612</u>	<u>(283.961)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	265.423	263.775	255.052	253.826

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item hierarquia de valor justo, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras	31.760	66.739

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas Explicativas

- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2015.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	139.860	(19.677)	(22.936)	(25.932)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	125.563	(10.072)	(12.528)	(14.959)
Efeito líquido				<u>(29.749)</u>	<u>(35.464)</u>	<u>(40.891)</u>
A taxa de juros considerada foi (1):						
CDI (2)				12,60%	15,75%	18,90%
IPC-A(3)				8,13%	10,16%	12,19%

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo;
- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2015, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada no últimos 12 meses, divulgado pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2015, quando eles não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2015, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 15.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 20.000;

Notas Explicativas

- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhorias – R\$ 61.858;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 25.000;
- Perda de Receita – R\$ 59.416.
- Cobertura para veículos – para danos materiais de R\$ 53.500 (R\$ 500 por veículo), danos morais de R\$ 10.700 (R\$ 100 por veículo), para equipamentos R\$ 4.111 (R\$ 81 por veículo), para acidentes pessoais por passageiro de R\$ 510 (R\$ 30 por veículo), para indenização integral de R\$ 7.465 (R\$ 70 por veículo), para perda parcial do veículo de R\$ 7.465 (R\$ 70 por veículo e para danos de cobertura total de R\$ 17.000 (R\$ 1000 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 246.456 cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de março de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 1.163.476 (R\$ 1.202.049 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

24. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios de 2015 e 2014.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores partes relacionadas	(1.339)	(702)
Fornecedores	-	(2.791)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.339)	(3.493)
Aquisição de ativo intangível	1.339	3.493
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	1.339	3.493

25. Eventos subsequentes

Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Ponta Grossa – PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajuste de tarifas de pedágio. As informações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Ponta Grossa/PR, 13 de maio de 2015.

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Ponta Grossa/PR, 13 de maio de 2015.

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor